

Mulheres e educação no tempo presente: desafios ante as desigualdades no Brasil

Rosa Lydia Teixeira Corrêa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil)

Resumo

O trabalho aborda a situação das mulheres em relação à classe social e à educação, destacando as desigualdades sociais, dimensionadas pela condição de classe, gênero e raça. O propósito é problematizar essa relação. Metodologicamente, sustenta-se na abordagem da história do tempo presente (Dosse, 2012a; 2012b), contemplando o período entre 2012 e 2024. Para tanto, são analisados, sobretudo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023; 2022) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP (2023). Os resultados indicam que mulheres têm progressivamente avançado em processos de escolarização em relação ao sexo masculino, destacadamente no ensino superior, majoritariamente na área de educação, saúde, bem-estar e cuidado. Além disso, a atuação profissional feminina em áreas destinadas ao cuidado, como enfermagem, e outras relacionadas à maternidade, é pouco valorizada.

Palavras-chaves: Mulher. Educação. Tempo presente. Classe social.

Women and education in the present day: challenges in the face of inequalities in Brazil

Abstract

The study addresses the status of women in relation to social class and education, highlighting social inequalities, based on social class, gender, and race. The purpose is to problematize this relationship. Methodologically, it is based on the history of the present time approach (Dosse, 2012a; 2012b), covering the period between 2012 and 2024. To this end, data from Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2023; 2022) and Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (2023) are analyzed. The results indicate that

women have progressively advanced in schooling compared to men, particularly in higher education, mainly in the areas of education, health, welfare, and care. In addition, women's professional performance in areas that have representations of care as their substrate, often linked to motherhood is undervalued. Keywords: Woman. Education. Present time. Social class.

Las mujeres y la educación en la actualidad: desafíos ante las desigualdades en Brasil

Resumen

El trabajo aborda la condición de las mujeres en relación con la clase social y la educación, destacando las desigualdades sociales, dimensionadas por la condición de clase social, género y raza. El propósito es problematizar esta relación. Metodológicamente, se basa en el enfoque de la historia del tiempo presente (Dosse, 2012a; 2012b), contemplando el período comprendido entre 2012 y 2024. Para ello, se analizan principalmente datos de lo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2023; 2022) y del Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP (2023). Los resultados indican que las mujeres han avanzado progresivamente en los procesos de escolarización en relación con los hombres, especialmente en la educación superior, principalmente en las áreas de educación, salud, bienestar y cuidados. Además, la actividad profesional en áreas que tienen como sustrato representaciones del cuidado, a menudo vinculadas a la maternidad, está poco valorada.

Palabras claves: Mujer. Educación. Tiempo presente. Clase social.

Introdução

Neste trabalho, abordo as mulheres em relação à classe social e educação, como indica o título. Entendo que abordar classe social já aponta para diferenciações sociais, com foco na educação e, em relação a esta, para as desigualdades sociais no Brasil, tendo como marco o tempo presente. As desigualdades são dimensionadas pela condição de classe social, gênero e raça.

O tempo presente é uma referência à historiografia que se ocupa de um passado recente do qual somos testemunhas, sobre acontecimentos que temos acompanhado e que nos põem o desafio de interpretá-los com o devido distanciamento. Nos possibilita a análise de novos objetos ou mesmo aqueles em que recorrências, continuidades, se fazem presentes como é o caso do assunto aqui tratado. Não é de hoje que as mulheres brasileiras, de modo geral, aquelas provenientes de segmentos sociais menos favorecidos, enfrentam problemas em relação à educação, sobretudo à escolar. Historicamente, elas têm sido alijadas dos sistemas educativos, um privilégio do qual sempre fizeram parte mulheres de elite. Certamente houve avanços, porém, muito ainda precisa ser conquistado.

O tempo presente, assim, nos permite revisitar velhos objetos à luz do tempo no qual as continuidades se dão, porém sob outras interpretações. “Reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado” (Dosse, 2012a, p. 2).

Mulheres, classe social e desigualdades em relação à educação articulam a lógica do tempo presente em que

[...] a leitura histórica do acontecimento não é mais redutível ao acontecimento estudado, mas observado em seu rastro, situado numa cadeia inventiva. Todo discurso sobre um acontecimento, conota uma série de acontecimentos anteriores, o que dá à trama discursiva que os reata numa inserção na intriga toda a sua importância [...] (Dosse, 2012b, p. 168).

Nesse sentido, embora tenham havido conquistas, as distintas formas de subjugação e de exclusões, têm trazido limites à mulher, em especial às das classes menos favorecidas, a modos distintos de acesso, entre eles a educação escolar.

Assim, o meu propósito reside em problematizar, no tempo presente, o acesso das mulheres à educação em condições sociais menos favorecidas e os desafios postos a elas ante as desigualdades no Brasil. Por isso, me valerei inicialmente da ideia de classe social em relação ao assunto aqui trazido.

Vale dizer que, por classe social, entendo “[...] uma condição na qual estão situados um amplo grupo de pessoas que ocupam a mesma posição

nas relações sociais de produção” (Weisheimer, 2012, p. 29). A composição desse universo inclui as condições financeiras, as demandadas pela renda, o acesso ao conhecimento, o estilo de vida, o que concorre para uma posição de classe no universo social, materializada pelo volume de posse de bens. Essa composição perpassa a apreciação que farei a seguir sobre a mulher. Significa dizer que o maior ou o menor volume de bens, sejam eles materiais ou não, concorrem para situar o lugar social. A educação, por assim dizer, é um bem imaterial que concorre para o usufruto de bens materiais. O não acesso a ela limita a participação cidadã ao universo do mundo do trabalho.

Desse modo, este texto está organizado em duas seções. Na primeira, trato da mulher no passado e no tempo presente, demarcado pelos últimos doze anos, ou seja, entre 2012 e 2024. A definição do período se justifica pela possibilidade de tratar do assunto, considerando dados estatísticos mais recentes, sobretudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, ao mesmo tempo, por tornar possível estabelecer relações com dados de períodos anteriores – movimento analítico –que fazem parte do exercício metodológico da história do tempo presente, que não perde de vista os recuos necessários ao exercício reflexivo sobre o objeto de estudo na contemporaneidade. Na segunda seção, destaco questões sobre desigualdades sociais e desafios postos para mulheres no tempo presente.

4

Mulheres, classe social e educação: um pouco de história e no tempo presente

Historicamente, o acesso das mulheres à educação escolar foi caracterizado pelo que Rosemberg (2020) chamou de um acidentado percurso. O acesso à educação formal teve início com a lei de 1827, por meio da qual se restringia a entrada feminina nas escolas de primeiras letras. Essa concessão à escola normal para a formação no magistério determinou um avanço na formação escolar mais lento. A entrada das mulheres nas escolas normais permitiu o recrutamento feminino para o magistério primário, apresentou-se como uma solução para o problema da mão de obra no ensino elementar e ainda possibilitou a inserção delas em uma profissão socialmente aceita para o universo feminino. A partir do final do século XIX, o processo de feminização

do magistério serviu para dar contornos mais definidos à profissão docente, uma vez que esse ingresso representou um caminho para as mulheres que precisavam trabalhar como também para aquelas que desejavam estudar um pouco mais (Louro, 1997).

Sobre o trabalho como docente, no início do século XX, Louro afirma que se pensava ser

[...] mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de criança; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família (Louro, 1989, p. 35).

A criação e consolidação das escolas normais foi um processo lento. Essas instituições se tornaram centros de formação, sobretudo de professoras, na República. As mulheres passaram a ver nessa profissão possibilidades de uma maior inserção social, quando as escolas normais foram ampliadas (Tanuri, 2000).

Nesse processo, as escolas normais, mesmo tendo tido destaque nas leis orgânicas do ensino normal de 1946, bem como distinção na Lei de 20 de dezembro de 1961, não corresponderam em termos de formação do professorado e às necessidades do Brasil de então (Fusari; Cortese, 1989). Para esses autores foram “muitos os tropeços e dificuldades”. Acrescenta-se ainda que os cursos normais sob a égide das leis orgânicas foram marcados pela dualidade na formação, ao instituírem a formação de professores para a elite e para as camadas populares. O primeiro ciclo, destinado à formação de professores regentes com caráter terminal era destinado à atuação na zona rural e o segundo ciclo, com características diversificadas, dava condições de continuidade de estudos e de atuação na zona urbana.

O processo de inserção da mulher na educação formal, especificamente por meio das escolas normais, até os anos de 1970, foi possível devido às oportunidades postas às moças de classe média que viam na escolarização para a formação docente uma oportunidade de conciliar o casamento com a condição de ser professora. Além disso, elas poderiam ocupar um lugar social importante, uma vez que permitia à mulher não somente ser mãe,

esposa, mas também o exercício de uma profissão que permitisse a saída do espaço privado para o público.

Desde a Primeira República, quando as escolas normais se consolidaram, a presença feminina no magistério foi se tornando acentuada. Sob as leis orgânicas e a Lei 4024/61, os cursos de formação de professores até os anos de 1970 já se faziam marcados pela presença feminina (Pizatto; Furtado; Corrêa, 2023).

Na década de 1990, esse processo culmina com a constatação de maioria absoluta de mulheres no magistério, que, de acordo com Vianna (2013, p. 165), relacionava-se “[...] ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela, a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas”.

Mas e as outras mulheres? Aquelas que não buscaram o magistério? Como referido anteriormente, o ingresso na educação escolar foi uma concessão dada pela Lei de 1827, que tratou da escola de primeiras letras. Aquelas mulheres que não viram o magistério como meio de ampliação da inserção social também se depararam com dificuldades não somente de ingresso, mas de avanço na formação escolar.

A primeira metade do século XX, notadamente, foi um período no qual gradativamente conquistas femininas foram se ampliando. A Primeira Guerra impôs às mulheres urbanas o imperativo de saída do lar para o trabalho em fábricas, ao mesmo tempo em que gradativamente foram se inserindo no universo escolar. Poucas se tornaram jornalistas, romancistas, enfermeiras, médicas, apesar do crescimento do movimento feminista que gradativamente avançava no processo de busca e conquistas de direitos.

Quadro 1 – Linha do tempo conquista de direitos femininos

Anos	Direitos conquistados
1827	Meninas são liberadas para frequentarem a escola
1832	Nísia Floresta publica a obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”
1879	Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades

Fonte: Sindpreve-AI (2023).

Quadro 1 – Linha do tempo conquista de direitos femininos (continuação)

Anos	Direitos conquistados
1910	O primeiro partido político feminino é criado (Partido Republicando Feminino)
1932	Mulheres conquistam o direito ao voto
1962	É criado o Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.212 de 27/08/62 – permissão ao trabalho fora do lar, à herança e à guarda dos filhos em caso de separação.)
1974	Mulheres conquistam o direito de possuírem cartão de crédito
1977	A Lei do Divórcio é aprovada
1979	Mulheres garantem o direito à prática do futebol
1985	É criada a primeira Delegacia da Mulher
1988	A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens
2002	“Falta da virgindade” deixa de ser motivo para anular o casamento
2006	É sancionada a Lei Maria da Penha
2015	É aprovada a Lei do Femicídio
2018	A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime
2021	É criada a lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher

Fonte: Sindpreve-Al (2023).

Vale destacar alguns desses dados. Primeiro, o tempo que decorre entre o acesso das mulheres à escolarização primária e ao ingresso no ensino superior. São cinquenta e dois anos, que remetem à compreensão social, sobretudo masculina, de que a mulher deveria prescindir de educação escolar já que seu destino seria casar-se procriar e cuidar do lar. Ideia foi articulada ao imperativo de manter a mulher no subjugado do marido, superada pela promulgação do Estatuto da Mulher Casada de 1962, e, mais tarde, pela Constituição de 1988, que reconheceu a igualdade de direitos femininos em relação aos homens. Segundo, entre os anos de 2006 e 2018, embora a Lei Maria da Penha represente uma conquista jurídica importante do ponto de vista das violências contra mulher, somente nove anos depois é sancionada a Lei do Femicídio e, doze anos depois, a importunação sexual passa a ser considerada crime. O quadro 2 apresenta números relativamente recentes sobre feminicídios por estados no Brasil.

Quadro 2 – Vítimas de violência e de feminicídios em cada estado em 2024

Estado	Vítimas de violência	Feminicídios
Amazonas	604	33
Bahia	257	46
Ceará	207	45
Maranhão	365	54
Pará	388	41
Pernambuco	312	69
Piauí	238	36
Rio de Janeiro	633	63
São Paulo	1.177	144
Total	4 181	531

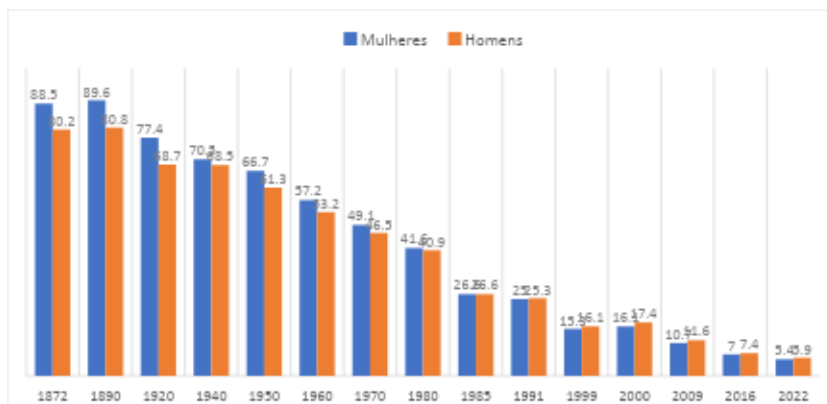
Fonte: Campos (2024).

Apesar daquelas conquistas desde a Lei Maria da penha, os dados sobre feminicídios impressionam.

8

Além disso, paralelamente às diferentes conquistas, lentamente, as taxas de analfabetismo vão diminuindo, o que é possível ver no gráfico a seguir, quando essas taxas começam a cair em relação aos homens, principalmente a partir dos anos de 1950.

Gráfico 1 – Índices de alfabetização –mulheres e homens



Fonte: Censos demográficos (1872 a 1980, 1991, 2000), PNADs (1985, 1999, 2009), apud Rosemberg e Madsen (2011), PNAD/IBGE (2016, 2022).²

Entretanto, podemos observar também que o processo de acesso à educação formal é lento até os anos de 1980 e, a partir daí, ganha relativa intensidade. Isso também significa que o acesso da mulher à escolarização possibilita uma melhor inserção no mundo do trabalho.

Se o analfabetismo diminui, a tendência é que as mulheres avancem em nível de escolarização, o que permite a mobilidade social. Observa-se que, a partir dos anos de 1990, os percentuais de escolarização feminina, ainda que tímidos, crescem em relação aos dos homens. Não há que descurar o fato de que o ingresso na escola das mulheres dos segmentos sociais economicamente menos favorecidos é mediado pelos desafios postos pelo cuidado com os filhos, quando mães, e com o lar. É delas a responsabilidade de cuidar da casa e concorrer para provê-la, principalmente quando chefiam o domicílio. Samara (1997) aponta que, desde o século XIX, mulheres chefiavam o lar. Dados do IBGE de 2022 registram que o percentual de mulheres chefes de domicílio subiu de 38,7% em 2010 para 49,1% em 2022, percentual significativo. Dados do Dieese, mostram que:

A maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. *As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022 (Dieese, 2023, p. 5, grifos meus).*

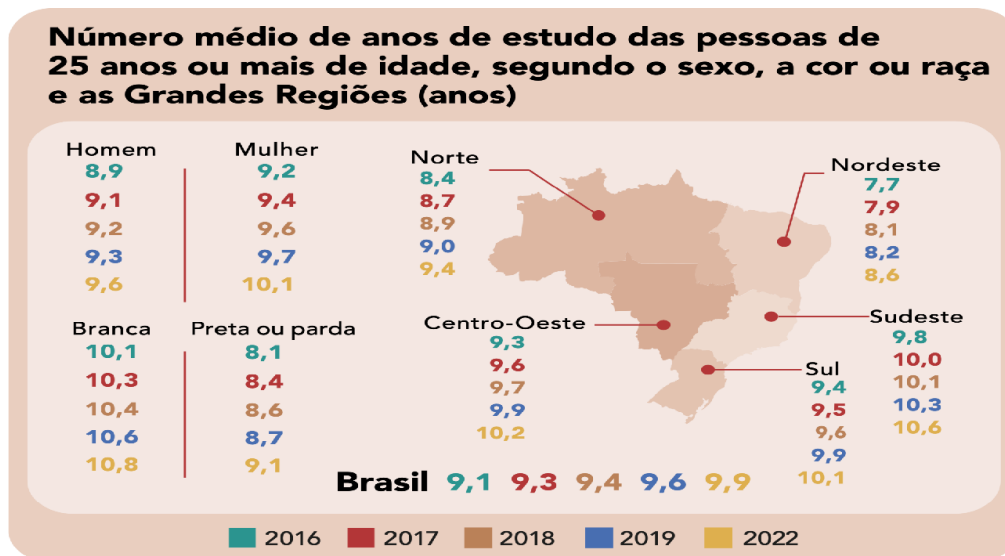
9

Devo destacar os dados sobre raça, mulheres negras têm mais responsabilidades sobre o sustento de famílias do que brancas. Desses dados, certamente a maioria é de mulheres pobres e assalariadas.

Por conseguinte, esses dados contribuem para reiterar características e entender que as desigualdades atuais têm raízes longas e, por isso, históricas. Contribuem para entendermos também que as conquistas femininas de natureza educacional escolar têm sido paulatinas.

Com efeito, o gráfico a seguir contém dados do IBGE, que indicam percentuais de escolarização por sexo, cor ou raça.

Gráfico 2 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as grandes regiões 2016-2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

10

No comparativo com os homens por região, se pode constatar que, em relação ao sexo masculino, os indicadores de escolarização têm aumentado entre 2016 e 2022. Chamam atenção os dados referentes à cor, entre os quais a parda e a preta têm menores percentuais, o que leva à inferência de que há avanços desiguais, indicando o fato de que raça e classe exercem influência de modo contundente no acesso e na permanência na educação escolar.

Do ponto de vista regional, na Região Sudeste estão as maiores taxas de mulheres líderes de domicílios, indicando, segundo aquele instituto, consequências de mudanças sociais e econômicas. De modo geral, as Regiões Sul e Centro-Oeste vêm a seguir.

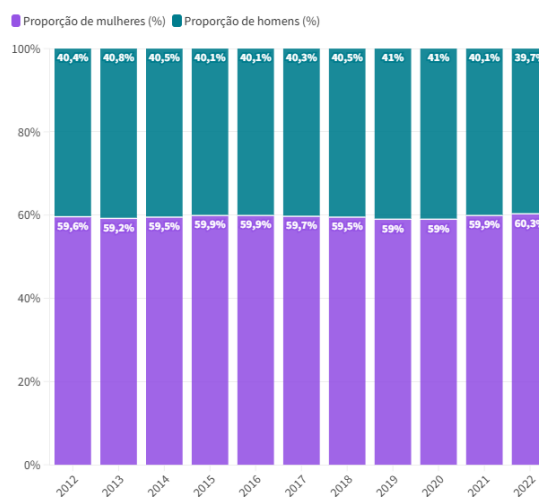
Mas, segundo Rosenberg:

A educação de mulheres entrou na agenda da educação nacional dos anos de 1990 quando o Brasil, como outros países da América Latina, viveu um intenso processo de reformas

educacionais impulsionadas por organizações internacionais (Unesco, Unicef, Banco Mundial, entre outras), subsumidas nos compromissos da campanha internacional 'Educação Para Todos' (Rosemberg, 2020, p. 345).

Assim, tudo indica que a entrada da educação das mulheres na agenda de governos depois dos anos de 1990 contribuiu tanto para o avanço em termos de alfabetização (gráfico 1) quanto para o aumento de anos de escolarização, ainda segundo os dados contidos no gráfico de número 2. Isso pode configurar conquistas femininas, ampliadas pela inserção em diversos campos profissionais quando elas ingressam na educação superior, por exemplo (gráfico 3).

Gráfico 3 – Proporção de estudantes concluintes em cursos de graduação presencial



Fonte: Estatísticas de Gênero - IBGE– gráfico elaborado pela Agência Tatu.

Os dados acima indicam que a proporção de mulheres no ensino superior em relação ao sexo masculino, a partir do ano de 2012, se mostra superior, atingindo o índice de 60,3% em comparação a 39,7% dos homens. Embora os dados dessa agência registrem esse percentual com base no IBGE, o censo da educação superior do Ministério da Educação indica que as

mulheres são maioria nas matrículas de ensino superior, com 59% em 2023, enquanto o sexo masculino tem 41%, uma diferença significativa de oito pontos percentuais (INEP, 2023).

Nesse universo, a presença feminina registra 77,9% na área da Educação seguida da Saúde e Bem-Estar, com 73,3%, Ciências sociais, e Comunicação e Informação, com 72%. No ano de 2019, segundo o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), as mulheres ocupavam 88,3% da área de Bem-Estar e a quinta posição na área de Educação, com 65,6%, atrás das áreas de Serviços Pessoais (77,9%), Saúde (73,2%), Ciências Sociais e Comportamentais (70,4%) e Veterinária (68,5%) (INEP, 2020).

A presença feminina majoritária na área educacional, segundo Louro (1997), e, posteriormente, acrescida da área de Saúde e Bem-Estar, apontam para a permanência de uma possível relação entre as lógicas e/ou as representações decorrentes da maternidade, que está intrinsecamente relacionada ao cuidado. Embora o caráter profissional da atividade docente feminina tenha avançado mediante a formação em nível superior, ele, no entanto, ainda não foi suficiente para superar essa lógica.

12 Considerando o exposto, é importante destacar que, embora uma parcela significativa das mulheres tenha conseguido avanços escolares e, por isso, logrado conquistas sociais, outra parcela segue, segundo o IBGE/Educa (2023), dedicando mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Enquanto os

[...] homens dedicaram em média 11 horas por semana aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, as mulheres a estas tarefas foi dedicada cerca de 21 horas. Mulheres que precisam conciliar trabalho remunerado com a fazeres domésticos e cuidados de pessoas, acabam tendo empregos parciais, ou seja, com menos horas semanais (IBGE, 2023, p. 1).

Nesse aspecto, inferimos sobre um segmento social com baixa escolarização o que pode demonstrar que há diferenças de acesso e progressão escolar que incidem sobre os estratos de renda inferior. Segundo Davis (2016), muitas das mulheres em situação de pobreza somam o papel de mães ao de trabalhadoras domésticas para garantir a sobrevivência dos filhos. Muitas

ingressam cedo no mercado de trabalho, com pouca qualificação e, por isso, são destinadas a trabalhos precários e mal remunerados.

O maior ingresso das mulheres no ensino superior incorpora, de outro modo, a contradição de que essa conquista não resulta em melhores oportunidades no mundo de trabalho. As áreas educacionais com os dados que indicam maior concentração de formação feminina são pouco valorizadas. Na educação, por exemplo, a maior corrida está direcionada para os cursos de licenciatura, cujas oportunidades de trabalho e salários se encontram na educação básica. Embora o piso salarial desse nível de ensino, estabelecido em 2024 pelo Ministério da Educação, tenha sido de R\$ 4.480,57 não houve garantias de que os governos estaduais cumprissem o valor estabelecido. Dessa forma, em razão de variáveis que demarcam as diferenciações entre estados e municípios para a diferenciação salarial, podem estar vinculadas à remuneração funções desempenhadas referentes à formação, experiência na função e política de cargos, salários e carreiras na empresa ou escola, respectivamente, dos sistemas privado e público. Esses elementos concorrem para a contradição entre maior escolarização e desigualdade no mundo do trabalho.

O avanço da inserção de mulheres na educação superior demonstra que, ao contrário do que ocorreu na virada do século XIX para o na primeira metade do XXI, significativas mudanças ocorreram e estão em curso.

Com efeito, o percurso histórico das mulheres na educação brasileira revela um processo caracterizado por concessões lentas e seletivas, em que o magistério tem se figurado como a principal via de inserção no trabalho permeado por distinções de classe.

Mulheres, desigualdades sociais, educação e desafios

O Brasil sempre foi um país desigual. Se retomarmos os indicadores de analfabetismo anteriormente referidos, veremos que não podemos deixar de considerá-los historicamente para pensar questões dessa natureza na atualidade. Os dados remetem a um passado escravagista, patrimonialista e patriarcal. O conjunto desses fatores consolida historicamente uma estrutura

da exclusão de populações pobres, negras, indígenas, de homens e mulheres sem acesso a bens e serviços fundamentais a uma vida digna.

Segundo o IBGE (2022), a população brasileira é composta por cerca de 104,5 milhões de mulheres, representando 51,5% da população brasileira, e 98,5 milhões de homens, que correspondem a 48,5% da população residente no país. Portanto, um país com mais mulheres do que homens. Desse universo, embora não tenhamos dados do percentual de mulheres excluídas do processo educativo e de condições mínimas de vida digna, não retira a possibilidade de refletir sobre a importância das mulheres em nossa sociedade, como mães, estudantes e trabalhadoras de modo geral.

As desigualdades sociais no Brasil se acentuaram ainda mais depois do período da pandemia de COVID-19. O relatório do Banco Mundial (2022) *"Pobreza e Equidade no Brasil – Mirando o Futuro Após Duas Crises"* combina dados de pesquisas domiciliares, entre outros, relacionados a como os mais vulneráveis resistiram aos impactos da pandemia e como o apoio do governo proporcionou proteção durante esse período.

14 Desse modo, os vulneráveis do Brasil, representando 40% da população, foram os que mais sentiram as consequências econômicas advindas da pandemia. As mulheres tiveram diminuída sua participação na força de trabalho, o que se deveu, em grande parte, aos papéis sociais de gênero que aumentaram o trabalho doméstico não remunerado e os encargos educacionais infantis durante os bloqueios escolares. "Os programas de transferência de renda foram capazes de proteger grande parte da população dos impactos imediatos da pandemia" (Banco Mundial, 2022, s/p) contudo, não foram suficientes para reverter o quadro de vulnerabilidade social.

Dessa forma, a pandemia também gerou um alto custo para a acumulação de capital humano a longo prazo e ampliou a lacuna de desigualdade, portanto, de pobreza, e, por assim dizer, de ênfase na condição de classe social. Em novembro de 2020, 27,8% das crianças das Regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país, não estavam matriculadas ou não tinham acesso às atividades escolares. O relatório mostra, também que,

[...] apesar do progresso realizado nas décadas anteriores, as profundas divisões socioeconômicas no país são problemas históricos. Entre 2001 e 2012, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média

anual de 2,6% em termos reais, e a diferença de desigualdade de renda diminuiu significativamente à medida que o Brasil experimentou uma redução significativa de 16 pontos percentuais na pobreza geral. Ainda assim, as disparidades na população brasileira permanecem: quase três em cada dez pobres são mulheres afro-brasileiras que vivem em áreas urbanas, enquanto três quartos de todas as crianças que vivem em áreas rurais são pobres. (Banco Mundial, 2022, s/p).

Dados do IBGE de 2021, no cenário de pandemia apresentam o rendimento mensal de homens e mulheres:

Quadro 3 – Indicadores de rendimento do trabalho – mulheres

Mulheres					
	14 a 29 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59anos	60 anos ou mais	Total
Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	1.438	2.277	2.419	2.437	2.095
Rendimento médio real habitual em todos os trabalhos (R\$/mês)	1.459	2.353	2.488	2. 534	2.158

Fonte: IBGE (2021)

Quadro 4 – Indicadores de rendimento do trabalho – homens

Homens					
	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	1.635	2.893	3.003	3.408	2.622
Rendimento médio real habitual em todos os trabalhos (R\$/mês)	1.664	2.975	3.116	3.526	2698

Fonte: IBGE (2021).

Considerando que o valor do salário-mínimo em 2021 era de 1.100 reais, o ganho real mensal não passou, grosso modo, de dois salários-mínimos, na faixa etária entre 30 e 60 anos, para as mulheres. Isso permite apontar para desigualdades salariais históricas, que, portanto, permanecem. O IBGE aponta que a diferença de salários entre homens e mulheres atingiu vinte e dois por cento no final do ano de 2022, voltando a subir depois desse ano.

Chama atenção também o fato de que as diferenças salariais entre homens e mulheres iniciam na juventude, considerando as faixas etárias entre 14 e 60 anos, se acentuando à medida que as idades aumentam.

Os desafios são muitos e se vinculam ao gênero. As mulheres, ainda que tenham escolarização igual à dos homens, recebem salários inferiores. Dados do Dieese para o terceiro trimestre de 2022, considerando o rendimento médio e escolaridade, indicam que as mulheres com curso superior completo recebiam um salário de R\$ 4.324 e os homens, de R\$ 7.542,00. Alinha-se também o desafio da diversificação das áreas de formação, que aponta para ampliação de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho.

16 Desses dados, a generalização cabe para os demais níveis de ensino em termos de diferenciação salarial, bem como para aqueles que aponta que, mesmo sem estudos ou com um ano de escolarização, o rendimento das mulheres foi, em média, de R\$ 642 e dos homens de R\$ 962.

Outro desafio: conciliar o trabalho doméstico, que ainda é sobretudo feminino, com o trabalho fora de casa e os imperativos de escolarização postos como condição para melhores oportunidades profissionais, o que se manifesta sobretudo para as mulheres de baixa renda.

Há desafios também em relação ao acesso à habitação, à saúde e ao saneamento básico, que se constituem em condições fundamentais de acesso e permanência na educação escolar. Estes possibilitam acompanhar processos comunicativos do mundo atual, principalmente quando consideramos as mulheres que chefiam domicílios.

Assim, desafios de natureza distintas estão postos para mulheres particularmente aquelas com menor poder aquisitivo e que se encontram na estratificação social mais baixa.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi problematizar a relação entre classe social e educação na abordagem da história do tempo presente, indicando desafios a serem enfrentados. Para tanto, trouxe compreensões sobre essa abordagem, bem como de classe social, necessárias para analisar o objeto de estudo.

Além disso, indica como imperativo trazer reflexões que contemplam, ainda que de modo breve, o percurso histórico da mulher no Brasil com a sua inserção em processo de escolarização tardio à participação no universo do trabalho substancialmente feminino.

Dados do IBGE para o século XXI apontam a progressiva participação da mulher no campo educacional por meio do ingresso no ensino universitário com dados superiores aos do sexo masculino, e, em decorrência disso, a sua inserção no mundo do trabalho.

Entretanto, ainda que sejam constatados avanços dessa natureza, eles se limitam a campos específicos, como os da Educação, da Saúde, do Cuidado e Bem-Estar. Apontando para remunerações pouco atrativas, essas áreas indicam estar relacionadas a uma espécie de tradição de representações sobre o feminino, associadas à maternidade e ao cuidado. Portanto, de pouca valorização e, contraditoriamente, tanto a formação na área da Educação como o exercício da profissão nesse âmbito fazem inferir sobre o valor social atribuído à escola, ainda que ela seja um bem necessário à dinâmica das relações sociais e produtivas no mundo chamado pós-moderno. Nesse sentido é possível estabelecer fronteiras entre a História e a Sociologia da Educação considerando que a inserção da mulher no universo profissional educativo, principalmente como professora primária esteve atrelado à função e papéis relacionados à maternidade, bem como, de modo geral, a um semente social específico do qual fazem parte, grosso modo, mulheres de baixa renda.

Dessa perspectiva convém retomar Dosse (2012 e b) na compreensão de elementos do passado incorporados no presente, devido aos rastros que permanecem na contemporaneidade e que, por isso, não podem ser ignorados nos estudos do tempo presente. O presente não deve necessariamente

ser entendido sem a historicidade que ao mesmo tempo demarca e situa o objeto de estudo, mas sobretudo permite entendê-lo como razão explicativa.

O acesso ao ensino superior nas áreas anteriormente indicadas também remete à problematização sobre quem seriam essas mulheres? Que condição socioeconômica teriam? Certamente, por não serem profissões rentáveis do ponto de vista salarial, não seriam ocupadas por segmentos sociais de poder aquisitivo privilegiado.

Além disso, embora esses avanços sejam constatados, no interior dos dados aqui apresentados, observam-se diferenças entre sexos e raça, nos quais pardos e negros têm menos escolarização.

Assim, as desigualdades de gênero, classe e raça ainda estruturam a realidade socioeducacional no Brasil em relação às mulheres, sobretudo as pobres. Apesar dos dados demonstrarem elevação em índices de alfabetização e da maior presença no ensino superior, persistem disparidades salariais e exigências que dificultam a mobilidade social feminina. Os dados apontam para questões de ordem salarial, revelando que, embora o acesso à educação seja uma conquista relevante, esta não garante condições salariais dignas, apontando para o descompasso em termos de relações de gênero, bem como para uma espécie de reforço de condição de classe social.

Dessa maneira, não menos articulada às dimensões de gênero e classe social, a raça se manifesta como dado importante a considerar no acesso à Educação. Pretas e pardas constituem parte da população feminina em condições de baixa escolaridade em relação às mulheres brancas. Esse gargalo é sobretudo demarcado quando vinculado às Regiões Norte e Nordeste. Pardas e pretas são mulheres pobres, chefes de domicílio que empreendem esforços não somente para garantir o sustento da família como também para permanecer na escola, o que remete a dificuldades de ampliação de inserção no mundo do trabalho. O universo de trabalho se torna restrito, o que cria uma espécie de círculo vicioso, do qual sair requer cada vez maiores sacrifícios. A escola passa a ser um sonho a ser realizado para muitas, quando os filhos, ao se tornarem adultos, deixam a casa materna, e elas podem buscar a formação escolar profissional.

Assim, estão postos vários desafios, desde a questão de gênero, relativa ao aspecto salarial, à conciliação do estudo com as atividades

domésticas, formação continuada, principalmente para as mulheres de poucas condições socioeconômicas pretas e pardas.

Notas

1. Versão inicial do trabalho apresentado no XVI Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo, e no V Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores, realizado na Universidade Federal do Pará.
2. Entre as idosas, a taxa de analfabetismo em 2022 foi de 16,3 % e dos homens 15,7%.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Avaliação da pobreza e da equidade no Brasil**: perspectivas para duas crises. International Bank for Reconstruction and Development/the World Bank, 2022.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, Seção 1, 27 dez. 1961.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). **Educa crianças**. Mulheres brasileiras na educação e no trabalho, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html> Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de rendimento do trabalho** – mulheres e homens. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). **Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Boletim Especial 8 de março dia Mulher**. São Paulo: DIEESE, 2023.

CAMPOS, Ana Cristina. A cada 17 horas, ao menos uma mulher foi vítima de feminicídio em 2024: nove estados registraram 531 mortes por razão de gênero. **Agência Brasil**, Brasília, 13 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012a

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012b.

20 FUSARI, José Cerchi; CORTESE, Marlene Pedro. Formação de professores a nível de 2º Grau. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 68, p. 70-80, fev. 1989.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.

PIZATTO, Adriana Mendonça; FURTADO, Alessandra Cristina; CORREA, Rosa Lydia Teixeira. Aproximações sobre formação de mulheres professoras no Instituto de Educação em Belém (PA) e na Escola Franciscana Imaculada Conceição de Dourados (MS) (1974 a 1991). **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 8, p. 1-19, 2023.

ROSEMBERG, Fulvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. Tradução Carla Bassanezi Prisky e Joana Maria Pedro. São Paulo: Contexto, 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As ideias e os números do gênero**: Argentina, Brasil, e Chile no século XIX. São Paulo: HUCITEC, Fundação VITAE, 1997.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago. 2000.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013.

WEISHEIMER, Nilson. Estratificação e mobilidade social. In: **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Prof.^a Dr.^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba–Brasil)
Programa de Pós-graduação em Educação
Líder do Grupo de Pesquisa História das Instituições Escolares no Brasil
Orcid id: <http://orcid.org/0000-0002-6416-4990>
E-mail: rosa_lydia@uol.com.br

Recebido em 16 set. 2025

Aceito em 21 out. 2025

21



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International license.